



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Prevenção e tratamento de infiltrações de água nos edifícios

Devido à falta de manutenção e à realização de obras ilegais, muitos edifícios em Macau têm problemas de infiltração de água, o que afecta a vida da população. Até ao dia 29 de Outubro do corrente ano, o Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios totalmente tratou de 21 573 casos, entre os quais, 18 573 foram casos tratados por seguinte formas: os proprietários, após coordenação, procederam propriamente à reparação; os proprietários acompanharam propriamente a situação de acordo com o relatório de inspecção, e os queixosos e gestores acompanharam e trataram propriamente da situação, e este número representa 86,09% dos casos totais. Quanto aos restantes 3000 casos, mesmo houvesse coordenação, os proprietários não queriam cumprir as suas responsabilidades de reparação ou o dever de cooperação.

Actualmente, só quando as infiltrações de água causarem graves problemas de saúde pública, com a avaliação de alto risco parte dos Serviços de Saúde, é que se pode, de acordo com os critérios definidos, entrar nas respectivas fracções, sob não cooperação ou não possibilidade de contactar com os proprietários. Quanto à maioria dos casos não classificados como de alto risco, se os proprietários não colaborarem, o Governo dificilmente consegue entrar nas fracções para efeitos de inspecção e verificação das fontes, o que resulta na continuidade e até no agravamento dos problemas. Os moradores em causa, para além de sofrerem graves prejuízos económicos e incómodos na vida quotidiana, são ainda perturbados



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

psicologicamente durante o processo.

No Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2022 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau refere-se que, no 4.º trimestre do próximo ano, será elaborada a proposta de lei intitulada “Regime jurídico para o tratamento de infiltrações de água nos edifícios”, com o objectivo de resolver o problema da dificuldade na entrada em fracção autónoma e de definir um regime aplicável aos litígios relativos às infiltrações de água. No entanto, é de referir que muitos edifícios em Macau são antigos, e cerca de 4 800 edifícios têm mais de 30 anos, o que corresponde a dois terços de todos os edifícios existentes em Macau. Actualmente, devido à falta de manutenção e à realização de obras ilegais, muitos edifícios têm o problema de infiltrações de água. E na sequência do aumento contínuo do número de edifícios antigos, é mais importante a prevenção “prévia” do que os tratamentos “durante a ocorrência do problema” ou acompanhamento “posterior” do problema de infiltrações de água.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Para além de recorrer à lei para regulamentar o acompanhamento e o tratamento das infiltrações de água, de que medidas concretas dispõe o Governo para reforçar, a partir da fonte, a consciência de responsabilidades por parte dos proprietários e elevar a sua iniciativa na defesa das próprias fracções? Vai aumentar o investimento nos recursos, especialmente, através do órgão de administração de edifício, procede-se, paulatinamente, à divulgação e à coordenação junto dos moradores?
2. A “dificuldade de entrar na fracção autónoma” é o ponto fulcral do problema das



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

infiltrações de água nos edifícios. No ano passado, o Governo manifestou a sua intenção de resolver o problema através do relatório de inspeção técnica, conjugando processos judiciais e arbitragem, e tem tomado uma posição aberta. Até ao momento, o Governo já definiu um rumo para o efeito? Qual é a ideia em concreto?

3. Actualmente, muitas entidades privadas já dominam o funcionamento e as técnicas dos aparelhos em causa, assim sendo, na proposta de lei, vai ser introduzida a colaboração por parte das entidades privadas reconhecidas para a realização de inspeção, com vista a elevar a eficácia dos tratamentos?

19 de Novembro de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Leong Wong